

CRÔNICA DA CÚPULA DOS POVOS

Afonso Murad

● Afonso Murad é pedagogo e doutor em Teologia. Professor de teologia e pesquisador em Ecoteologia na Faculdade Jesuítica (FAJE), em Belo Horizonte. Concluiu MBA em Gestão e Tecnologias Ambientais no PECE da USP. Estágio pós-doutoral em ecoteologia na PUC-RS e na Universidad Comillas (Madrid). Coordenador de GTs sobre Religião e Ecologia nos Congressos da SOTER (Sociedade de Teologia e Ciências da Religião) e da ANPTCRE (Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Teologia e Ciências da Religião). Membro do coletivo ecumênico latino-americano “Bambu”, de educadores em ecoteologia. Ambientalista, elabora e apresenta os programas de Rádio “Ecoagente -Amigo da Terra” e “Vamos Cuidar”, na TV Aparecida. Fundador e presidente da OSC “ECOAGENTE”, de educomunicação ambiental. Publica breves vídeos didáticos nos Canais do Youtube e Instagram (@afonsomurad). Colabora como assessor voluntário na REPAM Brasil (Rede Eclesial Panamazônica), na ANEC (Associação nacional de educação católica do Brasil) e na articulação ecumênica latino-americana “Igrejas e mineração”.

● E-mail: murad4@hotmail.com

Marcelo da Silva Carneiro

● Doutor em Ciências da Religião, com pós-doutorado em Ciências da Religião, ambos pela UMESP. Mestre em Teologia pela PUC-RJ, Bacharel em Teologia pela UNIBENNETT. Líder do Grupo de Pesquisa Rastros – Estudos de tradições e memórias cristãs e judaicas. Membro da ABIB (Associação Brasileira de Pesquisa Bíblica) e da SBL (Society of Biblical Literature). Estuda oralidade no mundo afroasiático como matriz da produção da Bíblia.

● E-mail: professor.carneiro@hotmail.com

RESUMO

O artigo apresenta uma crônica analítica da Cúpula dos Povos realizada em Belém durante a COP 30, situando-a na trajetória histórica das cúpulas e fóruns socioambientais desde a Rio 92, com atenção especial aos documentos, sujeitos coletivos e disputas em torno da justiça climática. Descreve os eixos estruturantes da Cúpula, seus gestos simbólicos (barqueata, banquetaço, vigília macroecumênica, marcha) e a participação de organizações religiosas, em particular igrejas cristãs, redes ecumênicas e iniciativas de educação ambiental. Analisa ainda o Tapiri ecumônico como espaço singular de articulação entre fé, política e justiça climática, e releva as principais propostas do documento final, que enfatizam a superação dos combustíveis fósseis, o protagonismo dos povos e a construção de cidades justas e periferias vivas.

Palavras-chave: Cúpula dos Povos; justiça climática; movimentos socioambientais; religião e meio ambiente; COP 30.

ABSTRACT

The article offers an analytical chronicle of the People's Summit held in Belém during COP 30, situating it within the historical trajectory of socio-environmental summits and forums since Rio 92, with special attention to documents, collective actors, and disputes around climate justice. It describes the Summit's structuring axes, its symbolic actions (boat march, people's banquet, macro-ecumenical vigil, march), and the participation of religious organizations, particularly Christian churches, ecumenical networks, and environmental education initiatives. It also analyzes the ecumenical Tapiri as a distinctive space articulating faith, politics, and climate justice, and highlights the main proposals of the final document, which emphasize phasing out fossil fuels, the protagonism of peoples, and the construction of just cities and living peripheries.

Keywords: People's Summit; Climate justice; Socio-environmental movements; Religion and environment; COP 30.

RESUMEN

El artículo presenta una crónica analítica de la Cumbre de los Pueblos realizada en Belém durante la COP 30, situándola en la trayectoria histórica de cumbres y foros socioambientales desde Río 92, con especial atención a los documentos, sujetos colectivos y disputas en torno a la justicia climática. Describe los ejes estructurantes de la Cumbre, sus gestos simbólicos (barqueata, banquetaço, vigilia macroecuménica, marcha) y la participación de organizaciones religiosas, en particular iglesias cristianas, redes ecuménicas e iniciativas de educación ambiental. Analiza también el Tapiri ecuménico como un espacio singular de articulación entre fe, política y justicia climática, y destaca las principales propuestas del documento final, que enfatizan el fin de los combustibles fósiles, el protagonismo de los pueblos y la construcción de ciudades justas y periferias vivas.

Palabras clave: Cumbre de los Pueblos; justicia climática; movimientos socioambientales; religión y medio ambiente; COP 30.

INTRODUÇÃO

Durante a COP 30, a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2025 em Belém, realizou-se a Cúpula dos Povos, de 12 a 16 de novembro de 2025. Mais do que um evento passageiro, a Cúpula dos Povos, como o nome indica, é um acontecimento que faz história e marca a evolução das principais lutas e convicções dos movimentos socioambientais do planeta. Criada para ser uma manifestação autônoma da sociedade civil, livre das amarras do poder econômico que exerce enorme pressão sobre a COP oficial, a ponto de controlar as macro-decisões políticas globais, a Cúpula dos Povos tornou-se a expressão de uma alternativa planetária e um grito coletivo pela superação da Crise Climática. Ela não acontece simplesmente como “evento paralelo”, e sim como acontecimento simultâneo com as grandes negociações globais a respeito do clima¹. Na COP 30 havia representantes de organizações da sociedade civil que dividiam seu tempo entre a Zona Azul, onde aconteciam discussões de temas e negociações e a Cúpula dos Povos.

Focada atualmente na emergência climática, a Cúpula dos Povos é composta por um leque amplo de pessoas, grupos articulados, coletivos, OSCs (organizações da sociedade civil), que abarcam as questões socioambientais mais amplas, relacionadas também com as “bandeiras” de diferentes etnias, classes sociais, gêneros, faixas etárias, culturas locais etc. Ganha destaque as questões vitais dos povos de Sul Global. A escolha de Belém, uma metrópole em plena Amazônia foi acertada, embora o alto custo em viagem e hospedagem tenha inviabilizado a participação de muitas pessoas e grupos. Belém representa a beleza e as contradições da região no rio, nas florestas, nas cidades e periferias.

UM POUCO DE HISTÓRIA

Há uma certa imprecisão quanto a data inicial e a quantidade de Cúpulas dos Povos já realizadas. Atribui-se a primeira à reunião de ONGs ambientais e outros organismos durante a Rio 92 ou Eco 92, realizada no Aterro do Flamengo. Na ocasião, um dos autores desse texto visitou vários stands, tomou conhecimento de iniciativas ecológicas em curso, fascinou-se com a árvore da vida representada no centro do evento e se surpreendeu com a existência de tantas organizações nacionais e internacionais voltadas para o meio ambiente. Participou ainda de uma sessão de Tai-Chi na praça da árvore de Vida.

A II Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como Rio 92, Eco 92, ou ainda como “Cúpula da Terra”, realizou-se entre 3 e 14 de junho de 1992. Reuniu 108 chefes de Estado dos países-membros da ONU. Na época a questão central consistia em conciliar o “desenvolvimento econômico” com a conservação e proteção dos ecossistemas da Terra. A conferência do Rio consagrou o conceito de “desenvolvimento sustentável”, que posteriormente foi questionado. Refletiu-se sobre o modelo de crescimento econômico menos consumista e adequado ao equilíbrio ecológico.

Os textos emanados da Rio 92 foram fundamentais para o crescimento da consciência ecológica e a adoção de práticas sustentáveis por organizações da sociedade civil, governos locais, regionais e nacionais. Dela originaram-se os seguintes documentos: Convenções da Biodiversidade; Desertificação e Mudanças climáticas; Declaração de princípios sobre florestas; Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento e a famosa Agenda 21. Acoplou-se aos documentos oficiais o “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global” e a “Carta da Terra”, que não é o documento homônimo publicado no ano 2002², e sim o seu rascunho e versão inicial.

1 <https://cupuladospovoscop30.org/>

2 <https://cartadaterrainternacional.org/leia-a-carta-da-terra/a-carta-da-terra/>

A Eco 92 significou um grande salto na consciência ecológica. Inspirador para nós hoje é o preâmbulo da Carta de Terra da Rio 92, no qual se diz:

Honramos a Terra como abrigo de todos os seres vivos.
 Acalentamos a beleza e a diversidade da vida na Terra.
 Saudamos a capacidade de renovação como fundamento de toda a vida na Terra.
 Reconhecemos o espaço dos Povos Indígenas na Terra, seus territórios, costumes e sua singular relação com a Terra.
 Ficamos estarrecidos perante o sofrimento humano, a pobreza e os desatinos que os desequilíbrios do poder causam à Terra.
 Sentimo-nos partícipes na responsabilidade de proteger e reabilitar a Terra e em assegurar um uso equitativo e sábio dos recursos, almejando um equilíbrio ecológico e novos valores sociais, econômicos e espirituais.
 Nessa ampla diversidade, nós configuramos uma unidade.

Essa primeira versão da “Carta da Terra” foi elaborada pelo Fórum Internacional das ONGs, o que é considerada a 1ª Cúpula dos Povos. Embora incorporada aos textos da ECO 92, não foi aprovada pela Plenária dos Chefes de Estado, por falta de consenso.

Ao retomar os documentos da Eco 92, percebem-se os limites da “consciência possível”, ou seja, até onde caminhou a consciência ecológica naquele momento histórico. Por exemplo, na Declaração sobre ambiente e desenvolvimento, identificam-se o antropocentrismo vigente e a noção ambígua de “desenvolvimento”. O princípio 1º enuncia: “Os seres humanos constituem o centro das preocupações relacionadas com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza” (Nações Unidas, 1993, p. 8).

Na ocasião, as organizações da sociedade civil, reunidas como “Forum internacional das ONGs” aprovaram e publicaram o “Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global”. O texto resultou de um amplo processo participativo, iniciado em março de 1992 e realizado em várias fases, recebendo contribuições de várias partes do mundo. Ele serviu de guia para muitas iniciativas posteriores de educação ambiental. Já no início se reconhece que o Tratado “é um processo dinâmico em permanente construção. Deve propiciar a reflexão, o debate e a sua própria modificação” (Programa Nacional de Educação Ambiental, p. 57).

Várias convicções das causas socioambientais, presentes na Cúpula dos Povos na COP 30 já estavam em gérmen nesse documento, produzido há mais de 30 anos! A título ilustrativo, dos princípios ali delineados ressaltamos:

2. A educação ambiental deve ter como base o pensamento crítico e inovador, em qualquer tempo ou lugar (...) promovendo a transformação e a construção da sociedade.
3. A educação ambiental é individual e coletiva. Tem o propósito de formar cidadãos com consciência local e planetária, que respeitem a autodeterminação dos povos e a soberania das nações.
4. A educação ambiental não é neutra, mas ideológica. É um ato político.
5. A educação ambiental deve envolver uma perspectiva holística, enfocando a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar.
7. A educação ambiental deve tratar as questões globais críticas, suas causas e inter-relações em uma perspectiva sistêmica, em seu contexto social e histórico. Aspectos primordiais relacionados ao desenvolvimento e ao meio ambiente, tais como população, saúde, paz, direitos humanos, democracia, fome, degradação da flora e fauna, devem ser abordados dessa maneira.
9. A educação ambiental deve recuperar, reconhecer, respeitar, refletir e utilizar a história indígena e culturas locais, assim como promover a diversidade cultural, linguística e ecológica. Isto implica uma visão da história dos povos nativos para modificar os enfoques etnocêntricos, além de estimular a educação bilingue. (Governo Federal, 2002, p. 58)

No “Plano de Ação” do Tratado de Educação ambiental, as organizações que subscrevem o documento se propõem a implementar várias diretrizes. Dentre elas, evidenciamos três, que foram retomadas e atualizadas nas Cúpulas seguintes:

14. Promover a criação e o fortalecimento de redes nacionais, regionais e mundiais para realização de ações conjuntas entre organizações (...) com perspectiva planetária
17. Buscar alternativas de produção autogestionária apropriadas econômicas e ecologicamente, que contribuam para uma melhoria da qualidade de vida.
18. Atuar para erradicar o racismo, o sexismo e outros preconceitos; e contribuir para um processo de reconhecimento da diversidade cultural, dos direitos territoriais e da autodeterminação dos povos. (Governo Federal, 2002, p. 58)

Representantes de povos originários, numa proporção bem menor que na última Cúpula, durante a Rio 92 divulgaram a “Carta da Terra dos Povos Indígenas”. O documento veio à tona em 30 de maio daquele ano, como conclusão da “Conferência Mundial dos Povos indígenas sobre Território, Meio ambiente e Desenvolvimento”. Estiveram presentes representantes de povos indígenas “das Américas, Ásia, África, Austrália, Europa e Pacífico”, reunidos na aldeia Kari-Oca. Eles sustentam:

Celebramos a unidade espiritual dos Povos indígenas com a terra e entre nossos povos. Continuamos construindo e formulando nosso compromisso mútuo para salvar a nossa terra mãe (...) Do maior ao menor vivente, das quatro direções, do ar, da água, da terra e das montanhas, o Criador colocou-nos em nossa terra, que é nossa mãe (...) Estamos unidos pelo círculo da via em nossas terras e nosso meio ambiente (Conferência Mundial dos Povo Indígenas sobre Território, Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1992, Prêambulo).

Na carta, quatro vezes é citado o nome do “Criador”, manifestando uma crença religiosa comum. A referida Carta impressiona pela clareza, consistência, atualidade, linguagem técnica precisa, como voz dos povos originários de todas as partes do mundo. Composta de breves parágrafos, delineia posições e reivindicações sobre: Direitos Humanos e Direito Internacional (§1-30), Terras e territórios (§31-55), Biodiversidade e Conservação (§55-60), e Estratégias de desenvolvimento (§61-79). Evidenciamos aqui um parágrafo que já alertava sobre as mudanças climáticas e outro que considerava o cuidado da terra de forma integrada com outras questões. Tais temas foram ampliados e aprofundados no correr dos anos, encontrando eco em diversas Cúpulas dos Povos.

Os povos indígenas e a humanidade são afetadas pelas mudanças climáticas, que modificam os ritmos naturais. Também afetam a produção agrícola e deterioram nossa qualidade de vida, aumentando nossa dependência (§57).

Qualquer estratégia de desenvolvimento deve priorizar a eliminação da pobreza, a garantia relativa ao clima, a administração sustentável dos recursos naturais, a continuidade das sociedades democráticas e o respeito às diferenças culturais (§64) (Idem).

Durante a Eco 92, na noite de 4 de junho de 1992 realizou-se a Vigília Inter-religiosa “Um Novo Dia para a Terra”, organizada pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER) no Aterro do Flamengo. Segundo informações da época, contou com cerca de 30 mil pessoas e 300 lideranças de 25 tradições religiosas e espirituais, buscando unir fé e a causa ambiental.

Na Vigília fizeram parte, dentre outros, figuras como Dom Helder Câmara, então arcebispo de Olinda e Recife e defensor da justiça social, e o líder budista Dalai Lama. Vale a pena ver o documentário sobre essa manifestação.³

³ <https://www.youtube.com/watch?v=WPLQLtCQEVM>

AS CÚPULAS DOS POVOS E SEU CAMINHO ATÉ A ATUALIDADE

O que esse rápido panorama da 1ª Cúpula dos Povos nos ensina?

(a) Várias convicções e intuições já estavam presentes e foram desenvolvidas posteriormente. A questão do clima é uma delas. Mais tarde se tornou a decisiva;

(b) Os povos indígenas já estavam presentes e “mostraram seu rosto”;

(c) As questões de gênero e dos afrodescendentes ainda não apareciam, ao menos nos textos;

(d) Desde o início havia uma tensão entre as decisões oficiais e as reivindicações dos movimentos ambientais;

(e) Apesar disso, o movimento ecológico deixou marcas, em alguns documentos oficiais da ECO 92 como a agenda 21, e em outros textos como a primeira versão da Carta da Terra e o Tratado de Educação Ambiental;

(f) O grupo de bispos, presbíteros e lideranças eclesiás católicas, identificado com a Teologia da Libertação e a “Igreja dos Pobres” participou ativamente do Fórum das ONGs e da Vigília interreligiosa;

(g) O documento dos Povos indígenas afirmou a crença na divindade denominada “Criador” e expressou a unidade e interdependência dos povos originários com a mãe terra;

(h) A Agenda 21 estimulou e orientou práticas transformadoras em âmbitos governamentais e da sociedade civil nos anos seguintes;

(i) Algumas conquistas do evento ECO 92, aprovadas pelos chefes de Estado, não foram implementadas e voltaram a ser discutidas na Rio+10, na Rio+20 e nas COPs do Clima que se sucederam;

(j) Ao reler os textos em seu conjunto percebe-se que COP 30 oficial apresentou mais resistência às mudanças solicitadas na ECO 92. Cedeu-se à pressão do grande capital internacional, sobretudo o das petroleiras e da mineração.

Convém recordar que algumas Cúpulas dos Povos foram marcantes, no confronto ou às vezes em colaboração com as COPs oficiais. O site da Cúpula dos Povos de 2025 destaca algumas delas e as relaciona com a preparação para o Encontro em Belém.⁴

No ano de 2015 aconteceu em Paris (França) a COP21. Movimentos globais promoveram a Cúpula dos Povos por Justiça Climática. Denunciaram os impactos dos combustíveis fósseis e defenderam de metas climáticas mais arrojadas. Em 2017 realiza-se em Bonn (Alemanha) a COP 23. A Cúpula dos Povos foi articulada como “Zona de Sociedade Civil”, com forte presença das juventudes. Já em 2022 ocorre em Glasgow (Reino Unido) a COP26. A Cúpula dos Povos pela Justiça Climática reúne na ocasião milhares de organizações. Na sua pauta contam: transição energética justa, direitos humanos e superação do racismo ambiental. Dubai, país árabe explorador de petróleo sedia a COP28, e dali não se podia esperar muito. Já a Cúpula dos Povos estava focada na eliminação dos combustíveis fósseis (derivados do petróleo, gás e carvão mineral).

Pouco lembrada é a “Cúpula Mundial dos Povos sobre as Mudanças Climáticas e os Direitos da Mãe-Terra” ocorrida em Cochabamba (Bolívia), de 19 a 23 de abril de 2010. Consta-se que ela reuniu cerca de 20 mil pessoas de 129 países e constituiu uma resposta da sociedade civil, com o apoio do governo boliviano de Evo Morales, frente aos decepcionantes resultados da COP15 de 2009 realizada em Copenhague.

Dentre os avanços desse encontro citam-se: os direitos da mãe-terra (*Pachamama*) e a adoção de uma perspectiva ecocêntrica, o reconhecimento dos saberes ancestrais, a proposta de criação de um Tribunal da Justiça Climática, o clamor por redução drástica do uso de combustíveis fósseis. Segundo Leonardo Boff:

O centro era a Terra, tida como Pacha Mama, Grande Mãe, sua dignidade e direitos, a vida em toda a sua diversidade, nossa responsabilidade comum em garantir as condições ecológicas, sociais e espirituais que nos permitem viver, sem ameaças, neste planeta. As 17 mesas de trabalho, ao contrário de Copenhague, chegaram a um consenso, pois todos tinham na mente e no coração o amor à vida e à Pacha Mama, “com a qual todos temos uma relação indivisível, interdependente, complementar e espiritual” (Boff, 2010).

⁴ Ver: Nossa Trajetória em: <https://cupuladospovoscop30.org/cupula/>.

Sem dúvida, foi significante a grande presença dos povos andinos e sua visão de mundo, que conferiram uma característica singular a esse Encontro. A Bolívia já havia sediado em dezembro de 2006 outro importante evento: a “Cúpula Social pela Integração dos Povos”.⁵

A CÚPULA DOS POVOS NA COP 30: IDENTIDADE E PROCESSO

A Cúpula dos Povos na COP 30 foi o fruto da articulação de muitas organizações. Ela realizou o que propôs: “enquanto as COPs oficiais seguem negociando números e metas, a Cúpula fala de vidas, direitos e territórios. Aqui, construímos um futuro enraizado na justiça social e ambiental” (Cúpula dos povos)⁶. Isso foi um fato singular: nós, participantes da Cúpula escutamos depoimentos de vidas concretas, de pessoas e grupos situados em territórios tão diversos. O clamor pelos direitos dos povos e da Terra veio acompanhado de relatos de alternativas e soluções em curso. Então, a indignação se somou à sintonia na mesma causa e suscitou esperanças, ecoando o lema do Fórum Social Mundial: uma nova sociedade é possível e necessária. Aliás, há muitas semelhanças entre os dois acontecimentos.

O Fórum Social Mundial expressa a luta contra a ofensiva neoliberal, debatendo o impacto da globalização na vida das pessoas. Nasce como um ambiente de convergência democrática para reflexões, análises, formulação de propostas, trocas de experiências e articulações de movimentos sociais, redes e ONGs (FSM, Apresentação, 2022).

O “manifesto” da Cúpula dos Povos, uma convocatória à participação elaborada meses antes, apresenta a sua finalidade e meta:

Nosso objetivo é fortalecer a construção popular e convergir pautas de unidade das agendas: socioambiental, antipatriarcal, anticapitalista, anticolonialista, antirracista e de direitos, respeitando suas diversidades e especificidades, unidos por um futuro de bem-viver. (...) precisamos avançar em espaços coletivos que defendam a democracia e a solidariedade internacional, enfrentem a extrema direita, o fascismo, os fundamentalismos, as guerras, a financeirização da natureza e a crise do clima (Cúpula dos Povos, 2025).

A Cúpula dos Povos foi organizada em quatro eixos estruturantes principais, abordando “os desafios que enfrentamos e as soluções que podemos construir coletivamente, valorizando a diversidade de nossos povos” (Cúpula dos povos, 2025). Acrescentaram-se dois eixos complementares. São eles:

1. Territórios e Maretórios vivos, Soberania Popular e Alimentar.
2. Reparação histórica, combate ao racismo ambiental, às falsas soluções e ao poder corporativo.
3. Transição (energética) Justa, Popular e Inclusiva.
4. Contra as opressões, pela democracia e pelo internacionalismo dos povos.
5. Cidades justas e periferias urbanas vivas.
6. Feminismo popular e resistências das mulheres nos territórios.

Nos eixos se colocaram reivindicações e direcionamentos sociais, políticos e culturais. A título de exemplo, citaremos a primeira de cada um.

No eixo 1: Visibilizar e fortalecer a luta em defesa dos territórios e dos direitos dos povos das águas, rios, mares, mangues, florestas, da cidade e do campo.

No eixo 2: Enfrentar os grandes projetos do agronegócio, hidronegócio, mineração, pesca e aquicultura industrial, a privatização dos mares e os corredores logísticos que destroem os territórios e sua sociobiodiversidade.

⁵ Evento disponível em <https://inesc.org.br/impressoes-sobre-a-cupula-social-de-cochabamba>.

⁶ <https://cupuladospovoscop30.org/>

No eixo 3: Reconhecer o valor dos saberes e das práticas dos povos (...) como os fundamentos da transição justa.

No eixo 4: Fortalecer a cooperação e o internacionalismo entre os povos por um projeto democrático, popular, feminista, anti-capitalista, anti-racista, anti-castas, anti-fascista, a favor da integração regional, pelas diversidades sexuais e de gênero e contra o imperialismo, a extrema direita e o colonialismo.

No eixo 5: Promover políticas de enfrentamento à crise climática nas grandes cidades com soluções alternativas no campo do abastecimento e consumo.

No eixo 6: Defender os direitos das mulheres e meninas e seu protagonismo nas lutas socioambientais.

O manifesto explicita o desejo de realizar uma convergência dos diversos tipos de participantes: “entre organizações e movimentos de mulheres, sindicais, indígenas, agricultores/as familiares e camponeses, quilombolas, de povos e comunidades tradicionais, de povos tradicionais de matriz africana, negras e negros, juventudes, inter-religiosos, ambientalistas, trabalhadores/as, midialivristas, culturais, estudantes, de favelas e periferias, LGBTQIAPN+, de pessoas com deficiência, de direitos humanos, de defesa da infância, adolescência e intergeracional, das cidades, do campo, das florestas e das águas” (Cúpula dos povos, 2025). A lista foi modificada na declaração final. Acrescentaram-se alguns protagonistas específicos regionais, como: pescadores/as, extrativistas, marisqueiras, e quebradeiras de coco babaçu. Mas ignoraram-se grupos religiosos cristãos e macroecumênicos, que tiveram uma participação significativa na Cúpula.

CÚPULA DOS POVOS E SEUS GESTOS SIMBÓLICOS

Vinte e quatro instituições, brasileiras e internacionais, ofereceram o suporte logístico, financeiro e organizacional, para que a Cúpula se realizasse a contento. O local principal, no qual se reuniram diversos grupos temáticos e subgrupos foi a sede da Universidade Federal do Pará (UFPPar). Desde 2023 a equipe organizadora se reuniu e no correr do processo de preparação houve várias mudanças e ajustes. A programação definitiva foi publicada nas vésperas do encontro. Nela constam diversos tipos de atividade, como: plenárias de reflexão, partilha de experiências e propostas para a COP 30 dos seis eixos, em tendas e minitendas; feira popular; cúpula das infâncias; barqueata e outras atividades na beira rio; shows musicais e danças típicas do Pará; bênçãos e benzimentos de diversas tradições religiosas no Tapiri Ecumênico; Sessões informativas sobre as negociações e mobilizações; e atividades de convergência dos seis eixos.

Acontecimentos significativos, como a Cúpula dos Povos na COP 30, impregnam como tatuagem a mentes e os corações dos participantes. As acaloradas discussões, a indignação diante dos perversos mecanismos do mercado global, o fascínio de escutar pessoas com suas lutas e experiências de vida, o ardor da militância para que nossa voz seja ouvida, o empenho para que haja mudanças estruturais, ouvir e dançar as músicas do Pará, alimentar-se com o tacacá, o vatapá, o arroz paraense e peixes, tudo isso tem enorme valor e compõem a totalidade da experiência da Cúpula. Alguns vídeos e fotos podem retratar algo. O documento final expressa convicções e reivindicações consensuais, mas não consegue espelhar o que se viveu. Por isso, é preciso destacar alguns gestos simbólicos e conscientizadores, que expressam dimensões inusitadas e profundas do que vivemos ali e testemunhamos para nossos grupos e publicizamos nas redes sociais. Apresentaremos aqui quatro gestos comunitários: a barqueata, a vigília macroecumênica o banquetaço e a marcha.

a) A Barqueata

A Cúpula dos Povos iniciou no dia 12 de novembro com um gesto simbólico de grande valor para a Amazônia e os participantes que ainda não conheciam seus rios: a barqueata. Conforme seus organizadores, realizada na Baía do Guajará a barqueata reuniu cerca de 5 mil pessoas de 60 países em aproximadamente 200 embarcações, incluindo lideranças indígenas, ribeirinhos e ativistas de movimentos sociais, visando defender a justiça climática e os direitos da Amazônia. O percurso começou na Universidade Federal do Pará (UFPA), margeou o rio Guamá e terminou na Vila Barca, uma comunidade de palafitas na cidade, denunciando a exclusão social da região. A barqueata foi inspirada em outros atos históricos semelhantes. Tematizou, em gesto, a Amazônia como um espaço de representação extraordinária das formas de vida, no qual os rios são as “ruas” e o principal meio de transporte. Foi um “manifesto fluvial”, no qual ecoou o grito dos povos da floresta, das águas e das periferias, e ativistas de outras partes do mundo.

A barqueata não foi apenas uma manifestação, foi um ato político de coragem e representação. Nossos rios são nossas ruas, são o caminho por onde a vida pulsa. Foi aqui, no coração do nosso território, que nos reunimos para navegar contra a corrente da hegemonia e das falsas soluções da COP 30. Uma mobilização impressionante de barcos, mostrando que nossa voz não será silenciada (ANDES, 2025).

b) O banquetaço

No último dia, realizou-se a audiência pública com o presidente da COP, André Corrêa do Lago, para apresentação da agenda política; o Ato de encerramento da Cúpula dos Povos, na Tenda da UFPA; e o Banquetaço na Praça da República. Haveria forma mais intensa de demonstrar a justiça socioambiental e a comunhão entre nós e com a natureza do que a partilha dos alimentos? Aconteceu uma celebração da Agroecologia e da Soberania Alimentar, um ato político de forma lúdica e cooperativa.

A iniciativa foi resultado da aliança entre diversas frentes, como o MTST na Cozinha Solidária, a Articulação Paraense de Agroecologia (APA), o Movimento Camponês Popular (MCP) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Pablo Neri, da direção nacional do MST, destaca que os alimentos servidos vieram dos territórios, eram “sem veneno” e fruto de relações de produção mais humanas, comunitárias e sociais. A culinária solidária foi construída por equipes de cozinha que vieram de todo o Brasil, fazendo questão de elaborar “receitas regionais, bolos e frutas, com o tempero do Pará”. Ainda segundo ele: “O que a gente fez na praça hoje foi demonstrar isso na prática, onde a alimentação é um momento sagrado, um momento de comunhão e partilha, mas é também um momento de luta, reflexão e avaliação do mundo que queremos construir” (Alcântara, 2025).

No cardápio, havia carne e caldo de pirarucu, carne e farofa de bode, cabrito paraense, arroz com galinha, cará branco, saladas variadas, biscoitos de araruta, e outras receitas típicas da Amazônia. Zira Furacão, do coletivo Irmãs da Horta, explicitou o sentido do banquetaço para as iniciativas de agroecologia urbana.

Passamos três dias preparando essas delícias e hoje apresentamos que é possível plantar também em áreas urbanas, sem veneno, por isso trouxe vatapá vegano, pirarucu no tucupi e pirarucu na folha de bananeira. Estou muito emocionada por trazer os frutos das hortas urbanas da periferia de Belém (Castro, 2025).

c) A vigília macro ecumênica pela Terra

A articulação ecumênica e interreligiosa Tapiri, coordenada pela CESE e o ISER, promoveu a Vigília pela Terra na noite de 13 de novembro, na Praça Batista Campos. A Coordenadoria Ecumônica de Serviço (CESE) é uma organização composta por seis igrejas cristãs que, há mais de 50 anos, atua na promoção, defesa e garantia de direitos em todo o Brasil. Ela assume o compromisso do movimento ecumônico com os direitos humanos, a democracia, a laicidade e o bem viver (<https://cese.org.br/a-cese/>). Já o ISER é uma organização laica da sociedade civil brasileira, que produz conhecimento qualificado, pesquisas e intervenção social nas áreas estratégicas de Religião & Espaço Público, e Direitos & Sistema de Justiça. Atua na incidência no debate público e na articulação social com ênfase na religião, em favor de uma sociedade justa, inclusiva e sustentável. Uma de suas iniciativas é a “Fé no clima”, voltada sobretudo para o público jovem (<https://iser.org.br/>).

Inspirados na vigília interreligiosa na Rio 92, em preparação à Cúpula dos Povos de 2025 o ISER e seus parceiros realizaram as “Vigilias pela Terra – Ação interreligiosa por justiça climática” em vários lugares do país, como Brasília, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Natal e Recife, (Ver a encantadora convocatória em: <https://www.youtube.com/watch?v=pCE3Mb7SWRc&t=74s>).

Elas culminaram com a Vigília em Belém, um acontecimento social e religioso ímpar. Cada religião ou grupos religiosos afins se apresentavam com sua vestimenta cultural típica, deixavam uma mensagem e por vezes entoavam um refrão. No ínterim, o público era animado com músicas e as danças paraenses (carimbó e outras). Predominou um clima de profundo respeito pelas diferentes crenças, sem intenção proselitista ou espírito de competição. Quem participou sentiu uma sintonia mística extraordinária, conjugada com a manifestação coletiva de empenho pela justiça climática.

d) A marcha da Cúpula dos Povos

Na manhã do 15 de novembro aconteceu a Marcha em defesa do clima, do mercado São Brás até o Parque da Cidade. Contou com aproximadamente 65 mil pessoas. Caminhando lentamente, nessa manifestação pública se expressaram protestos, convicções e esperanças, por palavras, gestos, músicas, faixas e cartazes.

O fato de concentrar simultaneamente tantas pessoas, movimentos e organizações cria um sentimento coletivo de sintonia na mesma causa e de esperança. “Somos muitos. Somos diversos. Somos um”. Militantes sociais e ambientais se encontravam, reviam amigos e amigas, companheiros e companheiras. A marcha incluiu elementos cênicos como uma serpente de 30 metros, um enorme globo, e a participação de cerca de 100 artistas. A intenção era representar, de maneira dramática e artística, a crítica aos modelos energéticos que impulsionam a crise climática.

Na marcha se fortaleceu o clamor global por uma transição energética real e justa e pela interrupção de novas atividades de exploração de petróleo na Amazônia. Propagou-se a mensagem de que “o Sul Global não está apenas pedindo mudanças — está liderando o caminho para elas”.

A PARTICIPAÇÃO DAS RELIGIÕES E DAS IGREJAS NA CÚPULA DOS POVOS

Num evento de tal envergadura como a Cúpula dos Povos, com tantos acontecimentos simultâneos, há que fazer escolhas. Estivemos presentes em atividades nas quais havia estavam a REPAM, Rede Eclesial Panamazônica⁷ e a articulação ecumênica latino-americana “Iglesias y minería”⁸. Ambas articulam uma visão libertadora da fé cristã com o compromisso socioambiental, em âmbito latino-americano. Participamos também de outras iniciativas. Felizmente, eram tantas e não pudemos apresentar a grande parte delas. O quadro abaixo apresenta somente algumas.

a) Algumas iniciativas paralelas ou conectadas à Cúpula

Uma iniciativa original foi o “Congresso do Observatório Marista do Clima”, evento paralelo à Cúpula dos povos. O encontro reuniu alunos de colégios particulares e escolas sociais da Rede Marista no Brasil. Os maristas são uma instituição confessional católica dedicada à educação. Eram aproximadamente 200 delegados adolescentes e 100 educadores que os acompanhavam. “Inspirado pela Encíclica Laudato Si do Papa Francisco e alinhado aos princípios da educação socioambiental, o projeto busca qualificar as iniciativas dos colégios e escolas maristas em torno da aprendizagem solidária e da mobilização climática” (Marista Brasil, 2025).

O Observatório consistiu num processo. Iniciou em cada escola, com a constituição de um grupo de alunos e alunas que refletiram sobre as mudanças climáticas e assumiram ao menos uma iniciativa ecológica. A seguir houve encontros regionais on-line. Durante o Congresso em Belém cada dupla de estudantes apresentou sua experiência concreta de mobilização de ecologia integral na escola e discutiu com seus colegas de outras regiões do país. Isso foi enriquecido com momentos de reflexão sobre práticas transformadoras. Viu-se o protagonismo juvenil acontecendo e oportunizou-se dilatar a consciência socioambiental. Durante Congresso do Observatório, o grupo visitou a Zona Verde da COP, fez uma caminhada até o porto, escutou e interagiu com representantes de organizações socioambientais que participaram da Zona Azul (oficial) e da Cúpula do Povos. A programação era adequada para adolescentes. A metodologia articulou reflexão, música, dança, partilha de vida, alimentação local, momentos de mística e dinâmicas criativas⁹.

As Igrejas cristãs contribuíram na Cúpula dos Povos de muitas formas. No âmbito católico, membros de pastorais sociais e organismos eclesiásicos como a Caritas, a Comissão Pastoral da Terra, o CIMI (Conselho Indigenista missionário) e a REPAM participaram ativamente das discussões, debates e mobilizações na sede da Cúpula, na UFPa (Universidade Federal do Pará). Em menor proporção, havia delegados na Zona Azul da COP 30. Esse contingente transitou em diversos espaços de Belém, na terra e nas águas. Religiosas e religiosos consagrados discretamente acompanhavam as mesas e outros espaços de discussão, compartilhando compromissos efetivos e aprendizagens, testemunhando a fé ativa pela solidariedade e dialogando com os movimentos socioambientais. Em casas, escolas, obras sociais, comunidades e outros espaços eclesiásicos, de Belém e das

⁷ <https://repam.org.br/>

⁸ <https://iglesiasymineria.org/>.

⁹ Ver a programação em: <https://maristabrasil.org/copmarista/>.

redondezas, evangélicos e católicos acolheram pessoas que participaram da Cúpula e da COP oficial.

A Arquidiocese de Belém, numa iniciativa inédita, promoveu encontros de reflexão, apresentação de boas práticas ecológicas e pastorais, reflexões, orações e celebrações litúrgicas. Tratava-se do Projeto “Igreja de Belém na COP30”¹⁰. Os encontros se realizaram simultaneamente em vários lugares, com distintas ênfases e o respectivo público prioritário:

- Polo social: Movimentos sociais, ONGs católicas, congregações, institutos e novas comunidades.
- Polo de Educação e Saúde: Pastoral universitária, instituições de ensino superior, pastoral da saúde e hospitais.
- Polo Juventude: Juventude, pastorais da educação, da criança e familiar.
- Polo Sustentabilidade: Paróquias, grupos e comunidades da Região Episcopal Nossa Senhora do Ó¹¹.

Apesar de realizar uma série de reuniões paralelas durante a Cúpula dos Povos, com o risco de manter um certo gueto eclesiástico e pouca interação com a sociedade civil, o projeto significou um momento de sensibilização para pessoas e grupos, especialmente para aqueles que ainda não assumiram o compromisso ecológico como constitutivo de sua fé.

Evidenciamos aqui o encontro de lideranças da “Pastoral da Ecologia Integral”, que contou com uma presença significativa de animadores e animadoras de várias regiões do país. Tal pastoral ganhou corpo no Brasil a partir da Campanha da Fraternidade sobre Ecologia Integral, durante a quaresma de 2025.

A Arquidiocese de Belém recebeu o Encontro Nacional da Juventude na de 13 a 16 de novembro, dentro da programação da Igreja na COP30 no Polo Juventude, em Icoaraci. E encontro foi organizado pela Comissão Episcopal para a Juventude da CNBB em conjunto com o Setor Juventude da Arquidiocese e a Pastoral Juvenil do Regional Norte II. A programação incluiu momentos de formação, espiritualidade e mobilização, com foco no cuidado com a “Casa Comum”, oficinas e práticas sustentáveis, visita missionária à Ilha de Cotijuba, música, saraus culturais e exposição.¹²

Com diversas parcerias, a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) organizou o processo da “Pré-COP Eclesial” desde o ano anterior, visando formar lideranças. A etapa de preparação para a COP 30 contemplou: encontros regionais; espaços formativos sobre a crise climática e a ecologia integral, iniciativas de mobilização, incidência social e diálogo com a sociedade civil e povos originários; e a produção de material didático acessível para multiplicadores da ecologia integral.

Esse processo culminou com o “Simpósio da Igreja Católica na COP 30”, em 13 de novembro. Dele participaram agentes de pastoral, padres, consagradas e bispos. Impactante foi a presença e a manifestação de bispos representantes de federações e Conferências Episcopais do Sul Global, que haviam lançado um documento significativo: “Um chamado pela justiça climática e a Casa Comum” (2025).

Pela primeira vez, Conferências episcopais de diferentes partes do mundo se pronunciaram conjuntamente sobre a questão climática e a justiça socioambiental. No Simpósio ecoaram palavras incisivas de bispos coordenadores de Federações episcopais da Ásia, do Pacífico, da África e da América Latina, como também da Conferência Episcopal da Europa.

b) O Tapiri ecumênico e inter-religioso

Sem dúvida, constituiu o mais intenso acontecimento que articulou fé religiosa e cidadania planetária na Cúpula dos Povos¹³. O Tapiri foi um grande encontro que reuniu lideranças de diversas tradições religiosas, povos indígenas, comunidades quilombolas, tradicionais de terreiro, movimentos sociais e juventudes do Brasil e do mundo¹⁴. Aconteceu na Catedral Anglicana de Santa Maria, como parte integrante da Cúpula dos Povos, de 11 a 16 de novembro. Foi um espaço de diálogo, formação de alianças e elaboração de propostas para influenciar as discussões da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30)¹⁵. Coordenado pelo CESE, reuniu 51 organizações, a maioria de cunho religioso.

O Tapiri estava organizado em torno dos 4 eixos centrais da Cúpula dos Povos (ver acima). Fazia parte da programação do Tapiri ecumênico três eventos simbólicos de impacto, que mencionamos acima: a vigília, a marcha e

10 <https://arquidiocesedebelém.com.br/cop30/>.

11 Ver a programação: <https://drive.google.com/file/d/1D98-2QADI5d6PKb15XD0TNeBOXS-Yx1V/view?pli=1>.

12 <https://arquidiocesedebelém.com.br/encontro-nacional-da-juventude-na-cop30/>.

13 <https://cese.org.br/noticia/cop30-tapiri-ecumenico-e-inter-religioso-reune-liderancas-de-fe-e-povos-tradicionais-na-cupula-dos-povos/>

14 <https://cnbbn2.com.br/rumo-a-cop-30-tapiri-ecumenico-e-inter-religioso-reune-liderancas-de-fe-e-povos-tradicionais>

15 <https://cese.org.br/>

a barqueata. “Tapiri” é uma palavra indígena no tronco tupi que é utilizada por diversos povos tradicionais na região Norte do Brasil. Já há alguns anos assumiu o significado de ser um lugar onde as pessoas se reúnem para compartilhar ideias, comida, descanso e experiências.

Vários aspectos do Tapiri ecumônico foram relevantes. Os encontros aconteciam em dois períodos (manhã e tarde, ou noite), com tempo para apresentação de temas significativos em “rodas de diálogo” e discussão com os participantes. Os “momentos de mística”, cada manhã, eram animados por diferentes líderes religiosos. Os participantes salientaram que o Tapiri conseguiu articular de uma forma original: manifestação religiosa plural; discussão política; arte e cultura; apresentação de experiências bem-sucedidas pelos seus protagonistas; depoimentos pessoais admiráveis e perspectivas viáveis de enfrentamento às mudanças climáticas.

A título ilustrativo, vejamos alguns temas tratados no Tapiri:

*Vozes da terra: troca de saberes indígenas sobre clima e sustentabilidade. Roda de Diálogo com representações indígenas do Brasil, América Latina e Nova Zelândia.

*Diálogos inter-religiosos para enfrentar o racismo ambiental, violações de direitos e fortalecer a participação popular.

*Justiça climática, democracia e direito à vida: diálogos inter-religiosos por justiça ambiental”.

*Do presente ao futuro: juventude, mulheres e LGBTQIAPN+ na luta por justiça climática e reparação social: como as mudanças climáticas aprofundam desigualdades e exigem respostas urgentes no Brasil.

Os temas eram apresentados por pessoas que viviam determinada situação e estavam empenhadas em processos de transformação. Ouvir sua voz, sentir sua luta, entrar em sintonia com seus desafios e compartilhar a esperança fizeram do Tapiri um espaço singular e estimulador para o movimento socioambiental, para além da COP30.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE A CÚPULA DOS POVOS

O documento final da Cúpula dos Povos realçou que a energia é um bem comum e defendeu a superação da pobreza e da dependência energética. O texto, fruto de um consenso trabalhoso, apresenta 15 propostas que foram encaminhadas ao presidente da COP 30. De certa forma eles também são orientadores para os movimentos e organizações socioambientais. Destacamos três apelos/exigências:

(1) O fim da exploração de combustíveis fósseis e o apelo aos governos para que desenvolvam mecanismos para garantir a não proliferação de combustíveis fósseis. Visa-se uma transição energética justa, popular e inclusiva com soberania, proteção e reparação aos territórios;

(2) A participação e protagonismo dos povos na construção de soluções climáticas, resgatando os saberes ancestrais e as culturas locais;

(3) A construção de cidades justas e periferias vivas através da implementação de políticas e soluções ambientais. Os programas de moradia, saneamento, acesso e uso da água, tratamento de resíduos sólidos, arborização, e acesso à terra e à regularização fundiária, devem considerar a integração com a natureza.

A Cúpula foi um momento singular para escutar os povos originários (que marcaram forte presença), articular movimentos socioambientais de diferentes continentes, conhecer pessoas e grupos que promovem a educação ambiental, identificar iniciativas exitosas da sociedade civil que adotam alternativas ecológicas, dialogar com defensores do meio ambiente, pesquisadores, comunicadores, e membros de igrejas e outras tradições religiosas.

No meio desse pequeno/grande mundo estavam inscritas 1.100 organizações de diferentes tipos. Tal leque de etnias, línguas e feições reunidas em torno da causa comum de cuidado do planeta evocavam “outro mundo possível” e necessário, como se diz no Fórum Social Mundial. Dessa vez, o foco consistiu na superação da crise climática. A participação e contribuição de grupos religiosos na Cúpula dos Povos na COP30 foi a mais significativa de toda sua história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDES. Barqueata histórica abre a Cúpula dos Povos, 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=R4CxThoFv-Q>.
- ALCÂNTARA, Fernanda. Banquetaço na Cúpula dos Povos celebra a luta pela Reforma Agrária Popular. Movimento do Trabalhadores Rurais sem Terra. 2025. Disponível em: <https://mst.org.br/2025/11/17/banquetaco-na-cupula-dos-povos-celebra-a-luta-pela-reforma-agraria-popular/>
- BOFF, Leonardo. Conferência mundial dos povos fecha com direitos da Mãe Terra. O Tempo. Publicado em 30 de abril de 2010. Disponível em: <https://www.otimepo.com.br/opiniao/leonardo-boff/conferencia-mundial-dos-povos-fecha-com-direitos-da-mae-terra-1.219213>
- CASTRO, Mariana. Banquetaço: Cúpula dos Povos doa comida em praça pública durante COP30. Brasil de Fato, 2025. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/11/16/banquetaco-cupula-dos-povos-doa-comida-em-praca-publica-durante-cop30/>
- CONFERÊNCIA MUNDIAL DOS POVO INDÍGENAS SOBRE TERRITÓRIO, MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Declaração da aldeia Kari-Oca e Carta da Terra dos Povos Indígenas. 1992. Disponível em: (<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/G4D00001.pdf>)
- CONFERÊNCIAS E CONSELHOS EPISCOPAIS CATÓLICOS DA ÁFRICA, AMÉRICA LATINA E CARIBE, E ÁSIA. *Um chamado por justiça climática e a casa comum: Conversão ecológica, transformação e resistência às falsas soluções.* 2025. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/test-for-pdf/As-Igrejas-do-Sul-Global-por-ocasiao-da-COP30.pdf>
- FÓRUM MUNDIAL SOCIAL. 2022. Disponível em: <https://www.fsm.org.br/>.
- GOVERNO FEDERAL. *Programa Nacional de Educação Ambiental.* Disponível em: https://redesow.faccat.br/wordpress/ceataquara/wp-content/uploads/sites/15/tratado_EA-1.pdf
- MARISTA BRASIL. Observatório Marista do Clima: uma aprendizagem solidária e de mobilização climática. 2025, Disponível em: <https://maristabrasil.org/observatorio-marista-do-clima-uma-aprendizagem-solidaria-e-de-mobilizacao-climatica/>
- NAÇÕES UNIDAS. *Meio Ambiente e Desenvolvimento.* Editado pelo Governo do Estado de São Paulo. São Paulo: Secretaria de Meio Ambiente, 1993.